

## MULHERES NEGRAS E TRABALHO: DAS FORRAS DA COLÔNIA ÀS TRABALHADORAS NEGRAS DA CONTEMPORANIEDADE

Mayra Florêncio dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo das mulheres negras no universo do trabalho abrange dois momentos distintos na História do Brasil, quais sejam, como trabalhadoras escravas e trabalhadoras livres, no pós-emancipação. Este estudo estabelece um diálogo entre o passado e presente a partir da história das mulheres negras, do lugar ocupado por elas no universo do trabalho brasileiro. O objeto de estudo implica pensar permanências que a História permite identificar como possibilidade de problematização dos parâmetros de acesso das mulheres negras no mundo do trabalho na contemporaneidade. Para tanto, o estudo objetiva analisar a história das mulheres negras no mercado de trabalho e identificar historicamente os lugares por elas ocupados, as funções no universo do trabalho no passado e no presente. Assim, como metodologia, o estudo parte da pesquisa bibliográfica. Os resultados parciais mostram que silêncios, permanências e costumes intolerantes marcam a história das mulheres negras de ontem e de hoje. Sobre o lugar que as mulheres negras ocuparam no passado escravista e na contemporaneidade, indicadores sociais apontam para permanências históricas. Os estudos reiteram que o universo do trabalho continua a segregá-las, pois lhes restam, na maioria das vezes, ocupações em serviços domésticos e subalternizados como babás, cozinheiras, faxineiras, cuidadoras, passadeiras, muitas vezes, sem garantias trabalhistas. Logo, passado e presente se confundem na história das mulheres negras no Brasil. A história da mulher negra no mercado de trabalho evidencia permanências que remontam o período histórico em que eram trabalhadoras escravas, pois na atualidade os indícios históricos e sociais permitem considerar que, mesmo com mudanças significativas, elas ainda continuam a ocupar os mesmos postos.

**Palavras-chave:** Cultura; Mulheres Negras; Brasil; Mercado de Trabalho.

---

<sup>1</sup> Aluna do sexto semestre do Curso de Graduação e Licenciatura em História da Universidade de Santo Amaro – UNISA, São Paulo. mayraflorcencio23@gmail.com. Professor Orientador Dr. Paulo de Souza Campos. pfcampos@prof.unisa.br

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a presença das mulheres negras no mercado de trabalho, das forras às trabalhadoras de hoje. Apesar das funções comerciais serem executadas no comércio em sua maioria por homens livres, as negras forras exerceram um papel essencial na vida econômica social no período colonial brasileiro. Na contemporaneidade as mulheres negras também ocupam lugar de primazia no mundo trabalho, porém, invisibilizadas.

O estudo realizou uma análise do lugar ocupado por essas mulheres no passado e no presente para entendermos a trajetória das trabalhadoras negras de ontem e de hoje no mercado de trabalho brasileiro. Não se descartando a ideia de que a escravidão deixou um legado para essas mulheres, que até hoje gera discussões. Portanto, percebemos que a história nos permite identificar permanências e costumes como forma de resistência como nos mostra E. P. Thompson ao afirmar que “Na verdade, alguns desses ‘costumes’ eram de criação recente e representavam as reivindicações de novos ‘direitos’ ”. (1998, p. 13).

Nesse sentido, a realização deste trabalho nos permitiu elucidar os seguintes problemas de pesquisa: quais as possibilidades dessas mulheres adentrarem no mercado de trabalho uma vez que era restrito? Quem eram essas mulheres e quais as estratégias utilizadas em seu cotidiano para sustentar a si e a sua família? Como este processo influenciou o lugar que as mulheres negras ocupam no mercado de trabalho hoje? Para tanto, o estudo objetivou na análise da história das mulheres negras no mercado de trabalho e identificou historicamente os lugares por elas ocupados e suas funções no universo do trabalho no passado e no presente.

Os motivos acadêmicos, sociais e institucionais que qualificam o estudo proposto por esse artigo estão ligados ao âmbito da pesquisa interdisciplinar que envolve Sociologia e História, que nos permitiu, dessa forma, a possibilidade de problematização e de observação que o campo da pesquisa em História pode abranger na questão do estudo do gênero feminino negro, uma vez que esse é um tema pouco explorado nas escolas pelos professores tanto da rede pública como da rede privada de ensino.

Concomitantemente esse estudo possibilita a ampliação de conhecimentos já adquiridos no tocante período histórico em que estamos vivendo, no qual ainda se aguarda uma análise mais sisuda sobre o mercado de trabalho da população negra do sexo feminino durante o período colonial até os dias atuais como destaca Ângela Davis:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (2016, p. 17).

Deste modo, o estudo contribuiu em partes para que o papel protagonizado pelas mulheres negras na História não fique limitado ao tema “[...] tradicionalmente debatido sobre promiscuidade *versus* casamento e sexo forçado com homens brancos[...]” (DAVIS, 2016, P. 16), tendo em vista que, as mulheres negras são sempre retratadas de forma inferior diferenciando-as das mulheres brancas.

As sínteses das obras que tratam o presente estudo apresentam, dessa forma, a chance de maximizar conhecimento sobre a história das mulheres negras forras no período do Brasil Colônia, assim como também as trabalhadoras negras da contemporaneidade, onde em São Paulo o espaço público urbano era ocupado por quitandeiras negras, livres que vendiam doces, frutas e hortaliças, como mostra Maria Odila Dias:

A imagem das negras de tabuleiro evoca independência de movimentos e liberdade circulação pela cidade, em oposição à imagem das mucamas domésticas, tal como ficaram na historiografia brasileira associadas aos laços de submissão e dependência, (...) as negras de tabuleiro tinham passagem frequentes pela polícia, aura de rebeldes, sinais de fugitivas inveteradas. (DIAS, 1984, p. 90-9)

O estudo utilizou da forma da análise dos documentos que foram estudados sobre a vidas das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, a parti das bases teóricas de E. P. Thompson, os seus estudos envolvem principalmente a *New Left* inglesa, que teve a sua formação a partir

do seu contato com as classes trabalhadoras, dando origem a sua obra mais conhecida, os três volumes da Formação da Classe Operária Inglesa, conhecida também como a história vista de baixo, ou seja, uma história feita a parti das camadas mais baixas da sociedade, como é o caso da mulheres negras.

O desenvolvimento desse estudo foi realizado a partir da análise do material documental composto por livros e clássicos da historiografia sobre a vida das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. Como material o estudo partiu da análise do levantamento bibliográfico realizado na base de dados *Scielo*, nos últimos 5 anos. Para além deste material foram tratados de modo não probabilísticos textos publicados na imprensa brasileira que remontaram a experiência das mulheres negras no tempo histórico aqui delimitado. O método de tratamento das fontes utilizado nesse estudo foi a Análise do Discurso, que consiste em demarcar e sistematizar caracteres próprios da linguagem, que denunciam continuidades e rupturas de uma maneira de pensar e expressar, no caso, a história das mulheres negras no Brasil durante o Brasil Colônia.

No primeiro tópico traçamos a trajetória das mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil afim de evidenciar o árduo percurso que essas mulheres negras passaram nas comunidades escrava e nas primeiras décadas da pós-emancipação no Brasil, demonstrando que mesmo após conquistar a sua liberdade havia um conjunto de fatores que dificultava o acesso dessas mulheres no mercado de trabalho.

No segundo tópico é possível observar o trabalho, os locais de trabalho, as ocupações encontradas pelas mulheres negras dentro do universo do trabalho, que por sua vez, eram sempre subalternos incluindo profissões como parteiras, empregadas domesticas, vendedoras de rua ou de mercado. Logo, não havia a menor possibilidade dessas mulheres ocuparem cargos no Direito, na medicina e até mesmo no serviço público.

No terceiro tópico abordamos a mulher negra no mercado de trabalho atual, que nos permite considerar que as permanencias e as lutas enfrentadas pelas mulheres negras ainda são as mesmas. O que não quer dizer que não houve mudanças, mas ainda há muito a ser feito em relação aos direitos e igualdades, raça e gênero.

## **CAMINHOS E POSSIBILIDADES DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO**

No Brasil ainda são poucos os estudos que tratam a respeito do cotidiano das mulheres negras, sejam elas escravas, libertas, africanas ou crioulas. As análises sobre as práticas das mulheres negras no universo do trabalho e nas primeiras décadas do pós-emancipação no Brasil continuam ausentes diante da importância do tema, todavia, há uma perspectiva de ampliação como as que destacaremos.

Essas mulheres fabricaram novas formas de enfrentamentos de todas as ordens, inclusive, no espaço social do trabalho, não aceitando a dominação com passividade. Foram diversos os tipos de trabalho que as mulheres negras exerceram no Brasil, entretanto, apesar de sempre terem atividades em seu dia-dia era comum juntarem várias outras ações ao mesmo tempo como arrumadeira, lavadeira, passadeira, cozinheira. Assim, afirma Maria Lucia de Barros Mott:

[...] alugavam seus serviços para terceiros; faziam serviços diversos, como lavar roupa ou mesmo prostituir-se; ou então, e principalmente, vendiam muitas vezes mercadorias – arranjando desta forma o necessário para a subsistência daquela família. [...] (1968, p. 23)

Apesar da quantidade de mulheres negras alforriadas serem maior que os homens negros, essas mulheres ainda tinham muitas dificuldades para adentrarem no universo do trabalho, porém, a possibilidade de conseguirem dinheiro para comprar a sua alforria era maior. Possuíam grande habilidade em vendas atuando no comércio. Segundo Maria Lucia de Barros Mott “As mulheres escravas vendiam de tudo: frutas, verduras, pão, água, porções mágicas, flores, cigarros, velas. Vários desses produtos eram produzidos em casa, por elas próprias ou em conjunto com suas senhoras.” (1988, p. 24)

Segundo E. P. Thompson (1988) as classes trabalhadoras influenciam nas classes dominantes através dos costumes e que até a nossa vivência de tempo é cultural. O mesmo destaca, ainda, que, a maioria das revoluções foram protagonizadas pelas mulheres, mas isso, seguramente até a década de 1980,

não foi relatado na historiografia. Thompson, aborda questões de forma cultural, sem caracterizar o viés econômico como única possibilidade, quebrando paradigmas dos estudos marxistas que faziam suas análises a partir da economia.

É necessário ressaltar que precisamos reconhecer as vivências das mulheres negras, que conseguiram a sua liberdade na luta e no trabalho. Essas mulheres deixaram legados, heranças, histórias de suas vidas, das experiências no mundo do trabalho, que foram contadas de modo a subjugar-las narrada pelos sons da opressão, da esfera pública, da medicina e das elites letradas. Todavia, destacamos que:

Nas últimas décadas do século XIX, quando o movimento abolicionista tinha chegado às ruas, quitandeiras e vendedoras ambulantes atuavam como a Adelina Charuteira, de São Luiz do Maranhão, lembrada por Dunshee de Adranche: a moça fazia charutos, daí o seu apelido, que eram vendidos avulsos e para as casas comerciais. Esta sua atividade propiciava que circulasse nos mais variados meios sociais da capital maranhense e informasse aos abolicionistas da época sobre os planos dos escravocratas, ajudando desta forma a fuga dos escravos. (MOTT, 1988, p. 25)

A autora nos permite interpretar que, de fato, essas mulheres foram protagonistas de suas vidas. Elas fizeram história, lutaram não só pela sua liberdade e subsistência, mas também e prol de seus amigos e familiares da comunidade negra como mostra a autora Maria Lucia de Barros Mott:

As atividades das mulheres escravas não param por aí: estiveram presentes na área de mineração, apesar da proibição inicial da sua entrada nas minas. Foram, nos primeiros tempos, como escravas domésticas e para servir a administração. Acabaram trabalhando nos garimpos, carregando gamelas com cascalho, batendo ouro e principalmente fazendo o pequeno comércio de gêneros alimentícios e de comidas prontas. (1988, p. 25)

Apesar de todas as dificuldades, e das perseguições sofridas pelas autoridades, essas mulheres conseguiram a tão sonhada alforria, o que as tornavam livres. Existem muitas experiências históricas sobre as mulheres negras na escravidão e posterior a abolição, tanto nas cidades como nas áreas rurais. “A resistência da mulher negra escravizada é tão antiga quanto a de seus

companheiros, podendo ser recuperada desde a África”. (MOTT, 1988, p. 29)

As escravizadas, que foram retiradas dos seus lugares de origem ou até mesmo nascidas em território nacional, eram oferecidas no mercado para realizarem trabalhos dentro e fora da casa. Embora, o serviço doméstico fosse sempre associado a figura da mulher. Como é caso das mucamas, uma figura que é marcada no imaginário brasileiro, como uma escrava a servir, a negra de estimação, com a desculpa de ser considerada “quase da família”. Essas mulheres foram as grandes realizadoras dos serviços domésticos da Casa Grande, acompanhantes de suas patroas as “sinhás”, e conselheiras de suas filhas as “sinhazinhas”, essas mulheres estavam sujeitas ainda a estupro por parte dos seus senhores.

Posto que a Lei Áurea, de 1888, tivesse o intuito de abolir a escravidão do país, ela não descrevia que destino teriam os ex-escravizados, ou como seriam inseridos no mercado de trabalho, que profissões exerceriam, quanto receberiam, como seriam as relações patronais. Muito pelo contrário, o Brasil se preocupou com a sua modernização com políticas de embranquecimento, promovendo uma imensa imigração de europeus, com a justificativa de que havia falta de trabalhadores para cuidar das lavouras de café. Segundo os historiadores Marcelo Marc Cod e Robério S. Souza: “Esse tipo de concepção excludente até hoje ecoa entre aqueles que tentam justificar nossas profundas desigualdades étnicas e sociais”. (2018, p. 411)

Para tanto a historiadora americana Sandra Lauderdale Graham (1992), nos permite avaliar que no final do século XIX e início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, atual capital do Brasil, contava com 30 mil mulheres negras, escravas e livres trabalhando como domésticas. Elas representavam 15% dos habitantes e 71% das trabalhadoras da cidade.

Contudo, é importante destacar que em 1906, a escravidão no Brasil havia acabado, porém, as domésticas representavam ainda 13% da população do Rio de Janeiro e 76% das mulheres trabalhavam fora de casa. Em sua obra *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, Graham narra de maneira detalhada a forma de viver na então capital afirmando que: “Era um estilo de vida, que em todas as suas variantes, dependia dos criados não apenas para suprir as suas necessidades da existência diária, mas também para exibir uma posição social de privilégios”. (1992, p. 20)

Entretanto, é possível observar que apesar das desigualdades claramente estabelecidas, as mulheres negras pouco a pouco foram encontrando uma forma de ganhar vida para sustentar a si e a sua família, de modo a ocupar determinados espaços na cidade, sejam eles dentro ou fora da casa de suas patroas. Ao realizarem as suas atividades seja no comércio ou nos serviços domésticos, essas mulheres acabavam colocando em prática alguns de seus costumes e um pouco da cultura. Como destaca Thompson:

O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis. Num tratado sobre aforamento do final do século XVII, ficamos sabendo que os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre pessoas comuns, sendo por isso chamados Vulgares *consuetudines*. (1998, p. 86)

De fato, devemos reconhecer que essas mulheres traziam consigo conhecimentos e aspectos culturais originais que, foram de suma importância para edificação sólida de suas vidas. Elas tiveram ainda, o papel-chave na transmissão oral das crenças e valores de uma comunidade negra em gestação. Contudo, destaca Thompson:

[...] o costume vigorava num contexto de normas e tolerâncias sociológicas. Vigoravam igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento. Era possível reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos a seu exercício. [...] (1998, p. 89)

O autor nos permite interpretar que os costumes estavam presentes na vida dos mais pobres, das classes trabalhadoras como é caso das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. Dentre as possibilidades dessas mulheres adentrarem no mercado de trabalho, a casa e o espaço urbano, fizeram parte da vida e do cotidiano das mulheres negras, onde:

A casa significava um domínio seguro e estável. À rua pertenciam as alianças incertas ou temporais, nas quais a identidade não podia ser presumida mas tinha que ser estabelecida. A rua era um lugar suspeito, imprevisível, sujo e perigoso. [...] para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade. (GRAHAM, 1992, p. 16)

É neste cenário em que a pesquisa se insere, observando a trajetória das mulheres negras no universo do trabalho e os caminhos por elas percorridos para que pudessem se recolocar no mercado de trabalho após conquistarem a sua liberdade.

## **ESTRATÉGIAS E COTIDIANO: MULHERES NEGRAS ATUANDO NO MERCADO DE TRABALHO**

Os espaços destinados as mulheres negras foram sempre de subcidadania. Mas elas se empenharam e lutaram com unhas e dentes para sobreviver e conquistar uma forma de trabalho. Foram diversos os tipos de trabalhos encontrados pelas mulheres negras livre. Como é possível ver no caso de uma ex-escrava que se chamava Amélia:

[...] A moça, segundo Dunshe de Abranches “fora alcunhada pela gente da terra de Princesa de Calçada do Açoague. Nos baixos do sobradinho, onde aí residia, ajudada por seus irmãos que já alforiara, abriu uma quitanda: e desde a madrugada até a Ave-Maria, vivia em uma incessante labuta, a vender café, mingau de milho, caruru, arroz de cuchá, folhé, manê e cuscus aos caboclos, que viam oferecer seus produtos no mercado, e aos caxeiros e criados que passavam para o centro da cidade [...] (MOTT, 1988, p. 37)

A autora nos permite observa que essas mulheres, uma vez liberta, logo encontravam um jeito de enfrentar a nova vida. Pois algumas delas tinham famílias que dependiam desse dinheiro para o sustento da casa e também para compra de novas alforrias. As mesmas ainda tinham que lidar com a falta de regularização de seus trabalhos por parte do governo, o que as tornavam trabalhadoras ilegais. Como mostra a autora Maria Lucia de Barros Mott:

Os libertos tinham direitos civis limitados. A legislação muitas vezes se referia a eles e aos escravos em conjunto. A insatisfação entre eles era frequente: impostos e multas dificultavam o pequeno comércio das vendedoras de tabuleiro; eram presas e obrigadas a pagar multas, e a provar “bom comportamento”, outras ainda devido à pobreza viam-se na contingência de trabalhar “como se fossem escravas”, castigadas e maltratadas por seus patrões ou famílias com quem viviam agregadas. (1988, p. 37)

Além de terem sido protagonistas de suas vidas financeira, as mulheres negras tiveram um outro papel muito importante a ser destacado, que inclusive é considerado uma característica fundamental das culturas escravas, que é sem dúvida a manutenção da família em seus diferentes sentidos. Portanto, destacamos que:

As mulheres libertas desempenharam um papel muito importante que pode ser avaliado pelas palavras de Pierre Verger. “as ex-escravas africanas da Bahia eram muito independentes, foi em torno delas que se formou a família: viviam com companheiros e pais sucessivos de seus filhos, sem que se possa, por isso, taxá-las de libertinas. Foram em geral mais ricas do que os homens com quem viviam amasiadas, concubinato que as vezes se transformavam em casamento, na devida forma, celebrado na igreja. Elas comandavam a casa e, os filhos de diversos pais, muitas vezes aí viviam. Estas mulheres eram extremamente ativas”. (MOTT, p. 37,38)

É importante ressaltar que todo trabalho é digno, e que o trabalho como empregada doméstica não foi a única opção, que essas mulheres encontraram para se fortalecerem as tornando capazes de romperem ciclos, mesmo com tantos limites para o seu possível crescimento. Como explica Graham:

O âmbito do trabalho que chamo doméstico inclui, em um extremo, as mucamas e amas-de-leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e costureiras. Até mesmo as mulheres que vendiam frutas, verduras ou doces na rua eram geralmente escravas, que com frequência que desdobravam-se também em criadas da casa durante parte do dia. (1992, p. 18)

Todavia, a autora nos permite considerar que a diversidade de tipos e lugares de trabalho doméstico decorre do fato de que os lares, precisavam de serviços que somente mais tarde passariam a serem fornecidos por agências de serviços urbanos. Alguns desses serviços oferecia a mulher um certo tipo de liberdade para circular pela cidade, o que possibilitava o convívio com outras trabalhadoras como é o caso das lavadeiras e as que transportavam água em jarros de barro em sua cabeça. Assim, destacamos que:

[...] transportar água ou lavar roupa no chafariz significava que algumas criadas trabalhavam fora da circunscrição da casa e do olha da patroa. Lavadeiras e, o que era ainda mais comum, costureiras podiam trabalhar para diversas famílias durante o dia

enquanto viviam independentes em seus próprios lares.  
(GRAHAN, 1998, p. 18)

Podemos destacar um outro de tipo de trabalho encontrado por essas mulheres que também lhes permitia certa mobilidade pela cidade. Assim, vemos que:

As quitandeiras e vendedoras ambulantes tinham um grande prestígio na comunidade sendo valorizadas por seu conhecimento e experiência. Extrapolavam muitas vezes as suas funções de vendedoras e desempenhavam outras, como de benzedoras e líderes religiosas. As vendedoras de acarajé encontradas até hoje nas ruas e Salvador, ou aquelas de cocadas, do Rio de Janeiro, são suas herdeiras diretas. (MOTT, 1988, p. 25)

Neste sentido, a autora nos permite evidenciar que os tipos de trabalho encontrado por essas mulheres no período colonial, refletem nos dias atuais e, que esses dotes culinários foram passados de geração em geração por via oral. Para tanto explica, Thompson:

Se as lembranças dos mais velhos, a inspeção e a exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a práxis, o costume passa no outro extremo para áreas totalmente indistintas – crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento. Essa área é a mais difícil de recuperar, precisamente porque só pertence a prática e a tradição oral. Talvez seja a área mais significativa para o sustento dos pobres e das pessoas marginais na comunidade de vilarejo. (1998, p. 88)

**Figura1:** Negra tatuada vendendo caju



Fonte: (GOMES; SCHWARCZ, 2018)

**Figura2:** Quitandeiras da Lapa



Fonte: (GOMES; SCHWARCZ, 2018)

A prática das funções no comércio varejistas por parte das mulheres negras no Brasil é apontada como resultado da transposição de uma atividade que já exerciam anteriormente em solo africano, sobretudo na região centro – ocidental do continente, onde várias etnias eram destinadas as mulheres a atividade comercial varejista. Desse modo, a prática comercial ligada à divisão social do trabalho de acordo com o sexo é vista como uma permanência econômica e cultural conservada pelas mulheres negras aqui no Brasil. Contudo, indicamos que:

Foram as mulheres negras, provenientes da África Centro – Ocidental as primeiras feirantes no país. Foram elas as quitandeiras, tanto daqui como de Luanda, Angola, que imprimiram um jeito especial de fazer negócio caminhado ou de montar um tabuleiro em cada esquina e vender toda a sorte de produtos. Foram elas as ganhadeiras que, durante séculos, dominaram o comércio ambulante em diversas cidades do continente. (BRAZIL; SCHUMAHER, 2006, p. 16)

Visto isso, podemos considerar que as mulheres negras forras cumpriram um importante papel no aspecto a vida econômica e social no período colonial brasileiro. Entretanto, dificilmente tal situação alterava as condições sociais dessas mulheres diante os estratos superiores da população colonial. Elas continuavam a carregar o estigma de origem, de que eram mulheres negras, africanas escravizadas, sofrendo diversos tipos de preconceitos decorrentes dessa situação.

## **O LEGADO DA ESCRAVIDÃO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO ATUAL**

Podemos considerar que a após-abolição fez-se uma espécie de “transição natural” dos tipos de trabalhos encontrados pelas negras forras da Colônia, permanecendo também as relações de poder. Talvez seja por isso que o trabalho doméstico demorou muito para ser reconhecido como atividade econômica e as trabalhadoras não foram inseridas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. A constituição de 1988 só lhes deram 9 dos 34 direitos trabalhistas de outras categorias. Mas apesar de alguns problemas não podemos negar a importância da Lei Áurea assinada no dia 13 de maio de 1888.

Embora, grande parte dos negros já eram considerados pessoas livres e libertas naquela data. Contudo, vemos que: “[...] Suas vidas e condições de trabalho continuaram extremamente precarizadas, faltando-lhes todo tipo de proteção legal, trabalhista e social. [...]” (CORD; SOUZA, 2018, p. 412)

Deste modo, vemos como o mercado de trabalho brasileiro é desagregado quando se trata dos grupos de cor, raça e sexo. Assim como nos modelos de sociedade e as formas de inserção formal considerando as relações de gênero, especialmente a mulher negra. No universo do trabalho contemporâneo, as mulheres negras ainda são majorias nos serviços domésticos, atuando como: empregadas domésticas, babás, diaristas etc. É como que para esse tipo de trabalho as mulheres, sobretudo as mulheres negras, estivessem naturalmente habilitadas. Visto como um trabalho que se aprende em casa, e de fato aprendemos, pois, a sociedade machista e patriarcal afirma que isso é trabalho de mulher e, desde pequenas somos ensinadas sem a necessidade de formação técnica e, por isso, não precisa de valorização. A falta da mesma, contribui para a exploração e abuso sexual, moral e psicológico. O trabalho doméstico não está fechado, fora do mundo, ao contrário, marca estruturas de poder e participa das relações patriarcais, racistas e misóginas. Assim, Angela Davis destaca que:

— O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade negra escrava como um todo. [...]. Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente cotidiano da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à *sobrevivência* da comunidade. (2016, p. 29)

Durante muito tempo era comum ver que existiam ciclos familiares de empregos domésticos no país. A começar pelas bisavós escravizada que formaram avós, mães e filhas empregadas domésticas. Não raro os ciclos familiares ocorriam dentro da mesma família de empregadores, reproduzindo também a lógica escravagista, alegando ter confiança ou relações afetuosas, mas nenhum pouco questionadora do porquê ter tantas gerações de mulheres servindo gerações de patrões. Como já citado aqui, esse tipo de comportamento

segundo Thompson pertence a prática e à tradução oral, sendo considerada umas das áreas mais importantes. (1998)

Apesar de todas as mazelas que rodeiam a vida das mulheres negras, não podemos deixar de citar as pequenas e vitoriosas mudanças. Em 2013 a Emenda Constitucional 72, que ficou conhecida como “PEC das Domésticas”, passou a vigorar, estabelecendo carga horária de trabalho, hora extra, licença maternidade dentre outros direitos. Antes disso, as mulheres estiveram sujeitas durante anos a péssimas condições de trabalhos e sem ter acesso aos devidos direitos. Mas segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2017, o Brasil tinha o maior número de trabalhadores domésticos do mundo, cerca de 7 milhões, ou seja, uma média de 3 empregados para cada 100 pessoas. Contudo, destaca Angela Davis:

Durante o período pós escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como de suas irmãs que eram meeiras ou das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex – proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. (2016, p. 98)

Assim, para a autora é possível perceber o quanto o mercado do fator serviços domésticos é uma esfera especialmente hostil para a presença das mulheres negras do período Pós – abolição até os dias atuais.

**Figura3:** Trabalhadora negra na atualidade



Fonte: (VALADARES, 2016)

Como foi exposto acima é possível perceber que as mulheres negras continuam a ocupar os mesmos postos. Se no período colonial tínhamos as mucamas e as amas-de-leite a quem seus patrões confiavam a vida e o bem-estar de seus filhos, nos dias atuais temos as babás, que passam horas e horas do seu dia cuidando dos filhos de suas patroas. Diante das dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e, quando conseguem um emprego são salários mais baixos, carga horária intensiva, fazem uma dupla jornada de trabalho além de outras dificuldades que essas mulheres encontram quando saem a procura de empregos. As mulheres negras ainda estão sujeitas a aceitar esse tipo de trabalho, que em sua maioria são ocupados por elas. Assim, afirma Angela Davis:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com os serviços domésticos não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. (2016, p. 98)

Ao estudar sobre as mulheres trabalhadoras e saber que elas enfrentam todas essas dificuldades, e fato que as mulheres negras sofrem muito mais. Ao ir em busca de um emprego e decidir concorrer à uma vaga no mercado de

trabalho, as mulheres negras sofrem desde o momento em que começam a distribuir seus currículos, quando são olhadas com um olhar diferente, quando seu cabelo crespo não atende ao padrão de beleza exigido pela empresa e em diversas outras situações em que o racismo se faz presente. Sim, elas ainda têm que lidar com o racismo. Contudo, destacamos que:

Embora discriminada durante milênios, no que se refere a atividades públicas, a mulher sempre desempenhou papéis relevantes, além daqueles de esposa e mãe. Fala-se, até, em períodos de matriarcado, antes do predomínio masculino nas sociedades primitivas. (SINA, 2005, p. 11)

É fácil perceber que as mulheres independentes de raça/etnia enfrentam muitas dificuldades para entrar no mercado de trabalho, e ao conseguir, ainda cumprem uma dupla jornada de trabalho, pois precisam conciliar casa e trabalho, no caso as que possuem famílias. Todavia, as mulheres negras enfrentam problemas ainda maiores, deixando notório o preconceito que existe, ainda que velado, principalmente com relação ao tipo de trabalho. Contudo, afirma Davis: “[...] A desesperadora situação econômica das mulheres negras – elas realizam pior de todos os tipos de trabalho e ainda são ignoradas [...]” (2016, p. 105)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo feito permitiu analisarmos que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é nitidamente pior que a das mulheres brancas. Os resultados mostram que silêncios, permanências e costumes intolerantes marcaram a história das mulheres negras de ontem e de hoje. Sobre o lugar que as mulheres negras ocuparam no passado escravista e na contemporaneidade, indicadores sociais apontam para permanências históricas.

Os estudos reiteram que o universo do trabalho continua a segregá-las, pois lhe restam, na maioria das vezes, ocupações em serviços domésticos e subalternizados como babás, cozinheiras, faxineiras cuidadoras, passadeiras, muitas vezes sem garantias trabalhistas. Logo, passado e presente se confundem na história das mulheres negras no Brasil. Neste sentido, passados

e presentes das mulheres negras são atuais e verdadeiros. Entre a vitimização e a produção simbólica de heróis, há experiências de luta, opressão, humilhação, superação, amor, dor, desejos, escolhas, alegrias e desafios. Talvez seja pouco constatar isso, mas o mais importante é tornar visíveis o universo das mulheres negras e o seu protagonismo de ontem e hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores Livres e Escravos. In: SCHWARCZ, Lilian M; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 410-415.

DAVIS, Angela. **Mulher Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais do século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, EDUNB, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa – Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava: Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: vozes, 1988.

— GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro.1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KARASCH, Mary C. **Vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e Resistência: a mulher na luta conta a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

PANTOJA, SELMA. Nzinga Mbandi. **Mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

REDAÇÃO RBA. Blog na Rede. Disponível em: <[www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/03/casal-leva-empregada-a-protesto-e-expoe-parte-da-motivacao-contr-o-governo-dilma-9432](http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/03/casal-leva-empregada-a-protesto-e-expoe-parte-da-motivacao-contr-o-governo-dilma-9432)>. Acesso em: 20 out. 2019.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de História**, Niterói, n. 8, 1989.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede de desenvolvimento Humano; São Paulo: Senac, 2007.

SINA, Amalia. **Mulher e trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2005.

THOMPSON. E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.